

sentido, de estar preparando um documento dos Conselheiros, se os Conselheiros aprovarem, de repúdio e de discórdia por essa mixaria que foi dado para o Fundo Municipal de Habitação para estarmos trabalhando de acordo com a Secretaria e com a COHAB aqui, é o nosso papel como Conselheiro também, estou propondo a busca de outros recursos com o Governo Federal, com o Governo Estadual, com os próprios Vereadores, com a Assembleia, para o Fundo, se for preciso fazer comissão, diretoria de trabalho, vamos fazer diretoria, comissão de trabalho, para agregar recursos para o Fundo. **Sr. Osmar** – Acho que não dá para ter noção, pelo menos visualizar exatamente o que está em torno desses investimentos, é pertinente essa contratação levando em conta que sempre foi uma solicitação nossa de ter um convênio com as nossas assessorias para desenvolver projetos, dar um salto de qualidade em São Paulo acho que era importante ter recurso do Fundo também pensando na parceria com as assessorias técnicas. É importante apresentar quais são as áreas que são objetos de estudo para desenvolvimento de projetos, e também quanto de recurso está se pensando alocar do Fundo com o recurso do Minha Casa Minha Vida para realização dessas 24.000 unidades, e também se nesse conjunto de investimento está se pensando em parceria com os movimentos organizados, na execução dessas 24.000. **Sr. Abraão** – A contratação da gerenciadora vai, pelo que eu entendi, se eu estiver errado me corrija, vai sair do Fundo, aproximadamente quase 20% desse recurso. Hoje nós temos alguns problemas, temos os arquitetos que estão lá na COHAB, que desenvolvem os projetos e muitas vezes os próprios projetos da própria COHAB. Nós temos alguns problemas no setor de APROV em aprovar os próprios projetos, principalmente projetos sociais e nós levamos hoje em média 1 (hum) ano para aprovar um projeto. Já a pergunta, é, na contratação dessa gerenciadora tirando quase que 20%, se eu estiver equivocado me corrija, do Fundo para a gerenciadora e aí esses projetos através do APROV vai ter essas aprovações mais agilidade? Porque hoje nem os nossos, estou me referindo a própria COHAB, nós temos essas dificuldades, a outra coisa é apenas uma pergunta, hoje os atuais arquitetos e arquitetas da COHAB, qual vai ser o destino dessas pessoas? Vão continuar desenvolvendo projetos, vai somar com a gerenciadora, é um pouco essa observação, obrigado. **Sr. Maldonado** – Está na hora de se pensar mais politicamente, nós que viemos lá de periferia, somos leigos no assunto, representamos a população, que é a população que acredita, que quer habitação, ela não vai querer essa questão que é necessário engenharia, lá eles querem produção de unidade habitacional e comparado com o resto do Brasil, São Paulo está muito aquém da produção de unidades habitacionais, até desse programa do Minha Casa Minha Vida, porque a própria contratada da Caixa Econômica, a Engenharia faz tudo, não há necessidade de nada nas pequenas cidades feito assim, nós estamos pensando em contratar, é possível que o Brasil inteiro já tenha 1 milhão, a verba foi esgotada e nós em São Paulo vamos ficar até sem essas 24.000 unidades habitacionais, é até possível mesmo que fiquem marcado e direcionado para São Paulo 24.000, o que e pediria aos senhores é o seguinte, que suspendessem hoje essa votação, solicitação de voto, não fizesse hoje, estudasse melhor para saber que nós temos aqui grandes técnicos, grandes engenheiros, e temos na praça grandes técnicos, grandes engenheiros para serem contratados e poderia haver a possibilidade de ampliar o quadro de engenheiros e arquitetos da própria Secretaria ou COHAB para realizar esse serviço, ao certo nós Conselheiros não sabemos qual é o valor da verba, agora se o valor menor corresponde ao Fundo, por que o Fundo vai ter que pagar essa conta de contratar essa engenharia? E outros 7 ou 8 empreendimentos, até dos companheiros da nossa oposição que diz que a eleição não foi válida, estuda melhor esse assunto da engenharia porque lá na CDHU nós sofremos com as terceirizadas contratadas, aí está o pessoal que faz mutirão, como o senhor nunca imagina, se forem funcionários da Prefeitura é muito mais fácil contratar que o funcionário está ali garantido, seu salário e tudo, terceirizado que em 2 anos ela vai embora, ela dá uma banana para nós quando vamos lá consultar qualquer problema de engenharia, não entrem nessa de contratar essas terceirizadas que isso é atraso de vida. **Sra. Elisabete** – Só um esclarecimento, funcionários públicos só podem ser contratados através de concurso público municipal. **Sr. Kazuo** – Estou achando essa discussão extremamente importante e temos que extrair aprendizagens dela, eu acho que esse debate sobre prioridades para utilização dos recursos do Fundo e discutir estratégias para ampliar esses recursos é o debate que esse Conselho deve fazer permanentemente. Eu queria me manifestar para que adotemos como procedimento padrão nessa plenária, que toda solicitação de voto, principalmente relacionados à utilização dos recursos do Fundo, seja acompanhada com informações bem detalhadas, claras, de como isso está se inserindo dentro de uma política municipal de habitação, com que critérios de prioridades estão sendo utilizados os recursos e principalmente como foram colocados aqui, quais vão ser os critérios de atendimento na destinação dessas unidades produzidas, uma coisa é nós discutirmos prioridades de utilização dos recursos do Fundo, outra coisa é nós discutirmos como vamos ampliar esses recursos do Fundo com recursos do Minha Casa Minha Vida usando terras públicas, são duas discussões diferentes que nós não podemos misturar porque senão vira uma chantagem. **Sra. Elisabete** – Eu acho que o Kazuo colocou uma questão importante que é a função desse Conselho em se renovar em termos técnicos e melhorar a qualidade das discussões, sempre no sentido de avançar, faz parte da gestão do Conselho. **Sr. Nelson** – Tem convênios que foram assinados em 2004, isso foi licitado e até hoje não iniciaram, se tem dinheiro ou se vai arrumar o dinheiro para iniciar a compra de novas terras para a COHAB, por que não se arruma o dinheiro para iniciar essas moradias que foram assinadas entre 2003 e 2004? Todos os Conselheiros aqui, ninguém está aqui para fazer debate político e sim exigindo que esse Conselho trabalhe com a capacidade e sugestão para dar um término na moradia que foi iniciada, convênios que foram assinados e que até hoje não começaram, que coloque isso daí no documento, não priorize só empreiteiras, porque empreiteira, muitas são honestas e muitas acontecem que nem aconteceu lá em Brasília pessoal, vamos raciocinar e vamos priorizar sabe o quê? A casa popular, priorizar aquelas Entidades que assinaram convênios em 2003 a 2004 e que até hoje não iniciaram. **Sra. Elisabete** – Só queria lembrar que o Conselho Municipal de Habitação não é um Conselho do Governo Municipal e nem da COHAB, ele é um Conselho de Conselheiros, 1/3, 1/3 e 1/3, a única coisa que o Poder Municipal faz é gerenciar o Conselho, eu acho importante que não se entenda aqui que se impõem questões, é uma solicitação de voto, uma questão que se colocou, como se colocou a anterior assim como os Conselheiros também fazem as suas solicitações de voto, a Secretaria Executiva pode ser criticada porque ela pode ser melhor, se organizar melhor de forma a prover mais informações aos Conselheiros, é importante que vocês não remetam e-mails etc. e tal, criticando, mas é importante que não se confunda, a organização deve ser criticada para ser melhorada, temos 2/3 de pessoas que são ou da Sociedade Civil ou dos Movimentos Populares, ambas eleitas, 1/3 terço apenas é representante do Governo dos três níveis, Federal, Municipal e Estadual, isso também pode ser mudado, basta mudar a lei, então eu acho que não podemos perder isso de vista, o Conselho está bastante diversificado com essa nova

gestão, eu insisto que temos que buscar esse caminho do aprimoramento da sociedade brasileira e nada como um dos organismos mais importantes de terminação de política habitacional como o Conselho Municipal da Cidade de São Paulo, nós somos um exemplo para o Brasil, vamos nos orgulhar desse nosso Conselho e seguir aprimorando cada vez mais essas nossas gestões. **Sr. Ricardo Pereira Leite** – Em primeiro lugar a COHAB não tem orçamento, ela é uma empresa que presta serviços, temos um ambiente de discussão onde as pessoas têm o direito de exercer o seu voto, nada impede que essa proposta seja legal ou seja votada contra ou coisa parecida, só que nós da COHAB recebemos uma remuneração e ela tem obrigação e dever profissional de propor as coisas que ela acha melhor para o Fundo Municipal de Habitação, talvez por ser a primeira reunião e ter alguns membros novos, talvez nós tenhamos suficientemente disseminando tudo que vem sendo feito ao longo dos últimos anos em relação ao Fundo Municipal da habitação, a Cidade Tiradentes que é um problema crônico, para quem não sabe tem 75% de ocupantes de unidades não originais, portanto, são pessoas que moram numa insegurança jurídica terrível, nós em apenas 3 meses fizemos 6.500 acordos com essas pessoas dos quais 75% que viviam na insegurança jurídica agora tem um respaldo legal, é uma coisa que temos o maior orgulho de ter feito, da mesma forma nós regularizamos o ano passado 10.000 unidades habitacionais, 6.000 são do Jardim da Conquista que é uma luta como costumamos dizer, de talvez 20 anos, que se procurava regularizar isso, esses questionamentos não são cabíveis porque é uma licitação normal, não é nada extraordinário, então o que estamos propondo é mudar o escopo de uma gerenciadora que hoje já temos e que já faz o trabalho que vai continuar sendo feito, só que além daquilo que ela fazia, ela vai fazer também projetos, foi o que eu falei, é só essa diferença, agora se nós não quisermos fazer projetos pela gerenciadora, não há nenhum problema, nós podemos continuar fazendo projetos um a um, não achamos que é a maneira mais inteligente de fazer porque vai retardar muito o processo, a estratégia do Fundo Municipal, não da COHAB, em relação do que ele vai fazer depende também se vamos fazer projetos ou não. Então se não formos usar essa mecânica que estamos propondo, vamos ter que pensar numa outra que vai ser diferente, que vai ser mais demorada porque vamos licitar projeto a projeto que o Conselho venha a decidir, respeitamos porque somos democratas. Eu acho que é melhor fazermos projeto de gerenciadora como a Bete já exemplificou, não há risco de fazermos projetos piores, ao contrário, acho que isso vai dar um benefício para os empreendimentos do Fundo, não estamos pedindo para vocês discutirem o contrato da gerenciadora, não, nós estamos propondo só o seguinte: vamos aumentar a verba destinada ao contrato que já existe hoje da gerenciadora para mudar a sistemática de contratação de projetos. **Sr. Kazuo** – Por uma questão de ordem, eu queria sugerir que esses procedimentos de votação fossem feitos com votação a favor e contra levantando a mão, o crachá, para que tenhamos maior clareza. **Sra. Elisabete** – Votar o voto proposto pela COHAB 02/2010: Solicitação de voto CMH nº 02/2010 – “Autorização para contratação de prestação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva e assessoria técnica para implantação de empreendimentos e demais ações relacionadas ao plano estratégico de atuação da COHAB-SP”; (22 votos a favor, 12 votos contra e nenhuma abstenção). **Sr. Abelardo** – Seria conveniente, para atender o pedido do Presidente que se identificasse ou os votos a favor ou os contrários, já que não há nenhuma abstenção, eu presumo que a lista de presença deve estar sendo assinada por 34 Conselheiros, desde que você identifique os contrários, que nesse caso é em menor número, você tem quem votou a favor e quem votou contra. **Sr. Benedito** – Eu acho que nós já votamos, votamos a favor, democraticamente já ganhou essa votação, acabou. **Dra. Vera** – Se a Ação Civil Pública notificada pelo Dr. Gláucio for julgada procedente, os votos dos representantes dos movimentos populares serão excluídos do computo geral, desde a primeira votação deste biênio. Como o conselho não poderia ficar inerte, aguardando o trânsito em julgado, buscou-se uma solução para que os trabalhos pudessem transcorrer com segurança. Daí a necessidade de identificar se os votos dos senhores conselheiros, tornando claro se com a exclusão dos votos dos movimentos a decisão tomada na plenária se sustenta ou não. O Conselheiro Abelardo sugeriu que sejam identificados apenas aqueles que votaram contra. **Sr. Abelardo** – Estou simplificando a operação, se seguir o que eu propus, nós estaremos identificando indiretamente todos os votos. **Sra. Elisabete** – Uma ação corre na justiça, a ação do Conselheiro Benedito do Movimento de Moradia, nós temos uma ação correndo na Justiça que coloca em dúvida o Movimento Popular com o nosso Conselheiro Dito representando o UMM, para simplificar a questão que não deve ser tão complexa assim, algum Conselheiro sugeriu, o Abelardo que votou contrário à proposta do Movimento Popular, que simplificaria o encaminhamento, o juiz pode exigir daqui a 11 anos e aí não vamos trabalhar nessa gestão do Conselho, se o poria a ter colocado o seu voto em aberto nessa questão. **Sr. Luiz Kohara** – Não existe Conselho de 32, a lei diz que o Conselho é composto por 48, se não tiver 16, aí toda a votação de todo o Conselho está suspensa. **Sra. Elisabete** – A ação é clara, ela diz: os Conselheiros, X e X, foram eleitos sob a égide de políticas práticas não consistentes com a democracia, estes Conselheiros deverão ser substituídos pelos Conselheiros da X, X e X da chapa que entrou com a ação, a ação é clara, pode ser distribuída para todos, ela nomina Conselheiros. **Sr. Abelardo** – A minha indicação e o meu mandado não está sob nenhuma dúvida. **Dra. Vera** – E o Conselho pode decidir tendo um quorum de 16 membros, com 1/3 o Conselho tem direito de votar, então tirando esse que está sub judice, vocês têm mais do que 16, então vocês podem decidir o que quiserem. **Sra. Elisabete** – Os Conselheiros que votarem contra, dos Movimentos Populares, se quiserem se manifestar para que anotemos aqui, senão é mais uma questão que ficará sub judice, então, por favor, para não ter que levantar a nossa Secretaria identificará os que queiram, aceitem se identificar e caso a ação tire os Conselheiros o juiz analisará mais essa questão. A próxima solicitação de voto 03/2010 que autoriza a COHAB a realizar despesas necessárias para a conclusão das obras do Conjunto Habitacional Recanto da Felicidade. **Sr. Ricardo Pereira Leite** – Trata-se de um adiamento ao Mutirão, Recanto da Felicidade, foi até mencionado no item anterior, tem 40 unidades prontas, faltam 120 unidades para serem terminadas, estamos pedindo o acréscimo de R\$ 712.000,00 para concluir o mutirão data base em julho/2003 quando foi feito o mutirão, aliás em 99 de fato, está completando 11 anos nesse ano aqui e esse valor na data presente é de R\$ 1.088.000,00, isso aí elevará o nosso contrato, no valor atualizado em 5 milhões e 700 reais, então nós estamos propondo R\$ 1.088.000,00 sobre R\$ 4.375.000,00. **Sra. Verônica** – Esses mutirões de 99 tem que encerrar essa história e se não puder liberar 5, libera 1 hoje, 2 amanhã ou meio e vai encerrando isso porque muita gente que esperava uma casa já morreu, o Ricardo que me ajudou muito e nós hoje acabamos de aprovar o Projeto do São Francisco do Lajeado e que 2ª feira vamos para a Caixa para a contratação desse conjunto, eu queria deixar aqui o agradecimento do tempo que o Ricardo esteve conosco nessa questão, estou feliz porque o atendimento passou de 1 a 3 salários e vão sair da fila da COHAB e da fila da Associação, obrigado. **Sra. Elisabete** – A cami-

nhada para a vitória é longa e cheia de obstáculos. **Sr. Gilson** – Eu também conheço outros mutirões que estão desde 1999, inclusive um dos nossos que até hoje também está parado, não sabemos a situação, mas como sugestão eu queria que a Companhia levantasse todos os empreendimentos, se terminarem ou não, se pode colocar também a questão da ajuda para terminar esse mutirão. Tem condições também de fazer um projeto, se podemos resolver esse problema de outros companheiros que estão na mesma situação, sugiro que coloque em pauta essa questão de outras Entidades que estão com o mesmo problema. **Sra. Elisabete** – Atendendo a solicitação do Gilson ficará para a pauta da próxima reunião, a apresentação, a história dos Mutirões na cidade de São Paulo, Acho que é bacana e que verifiquemos isso, quanto falta para cada um. A COHAB tem 2 meses como nossa operadora, para preparar esse material que deve ser bastante detalhado. É uma questão que retorna sempre para essa reunião, e a COHAB como operadora do Fundo, deverá enviar, através da Secretaria Executiva para os Conselheiros com 10 dias de antecedência o histórico para que os Conselheiros já vão acrescentando as suas discordâncias. Só queria informar a você que está no Plano de Metas, que está no site da Prefeitura, a finalização dos Mutirões. Todos que vão seguir na ordem de pequenas pendências de R\$ 1 milhão, etc. e tal, eles vão entrar nas próximas pautas. **Sr. André** – Eu não era Conselheiro na gestão anterior, mas acompanhava por ser de Assessoria Técnica esses constantes aditivos dos Mutirões. Eu acho boa a proposta do Gilson de termos uma relação de todas as obras que ainda faltam terminar, quantos anos o convênio já está se arrastando para conseguir terminar essas obras. Mas é muito mais do que uma opção política na minha visão de atravancar cada vez mais os mutirões a ponto deles demorarem 7, 8 anos para serem finalizados. Os Movimentos e Assessorias têm total capacidade de produzir habitação com uma agilidade também tão grande quanto as construtoras, na verdade com muito mais qualidade, eu acredito, por experiências de muitos anos aí desse programa de mutirões. Então acho que na realidade é uma clara opção do Poder Público e da COHAB para contratação de construtoras sem participação com a COHAB porque na verdade o Minha Casa Minha Vida é construtora, vai ser um projeto sem participação social e a demanda vai ser colocada pela Prefeitura, na lista de demanda a Prefeitura não vai passar pela participação popular dos Movimentos de Moradia então na verdade saber qual é a política, qual é a diretriz, eu torno a lembrar qual é a importância ou a diretriz que vamos dar para o Fundo Municipal de Habitação dentro dessas duas perspectivas políticas. **Sr. Mário** – Nós estamos com problema muito sério lá, que a cidade cresceu muito e nós fomos empurrados para a questão dos mananciais na região da Capela do Socorro e M'Boi Mirim e agora com essas chuvas que está tendo na cidade de São Paulo, está havendo muitas inundações, as represas cresceram, aumentaram muito e também os córregos, aquele pessoal que estava na beira dos córregos há anos e agora se encontram com as casas rachadas e deslizamentos então também dentro desse plano da COHAB, dentro do Programa Mananciais, temos um atendimento especial para aquelas famílias que estão lá no fundo, lá no canto, sabemos que não está lá porque querem e sim por falta de opções e tomara que nesse novo Conselho, apesar de todas as dificuldades consigamos ter o mesmo andamento ou até melhor do que o outro. **Sr. Benedito** – Nós de fato precisamos concluir esses empreendimentos, hoje não votar esse recurso significa atrasar ainda mais o empreendimento que está paralisado em em vias de paralisação, declaramos aqui apoio à proposta do Gilson no sentido de obter da COHAB assim que for possível e o mais breve possível todo esse mapeamento dos mutirões que necessitam de recursos, ter um mapeamento dos empreendimentos que precisam de recursos para ser concluído, inclusive temos um levantamento dos mutirões que estão com os contratos assinados mas que também não foram à frente, eu peço aqui o voto dos Conselheiros e das Conselheiras no sentido de apoiar esse recurso e no sentido de que assim que chegar os outros empreendimentos que estão também com esse problema para que possam destinar os recursos que faltam para concluímos. **Sr. Flávio** – O Conselho tem que acatar essa decisão aqui do Conjunto Habitacional Recanto da Felicidade que está aí porque deve estar há anos para acabar, eu falo isso porque temos uma Associação também que está desde 89 praticamente concluída e até agora não foi comercializada, queria até estar pedindo ajuda para a Bete para estar vendo essa questão. **Sra. Elisabete** – O Regimento estabelece que o Conselheiro Suplente não pode votar obviamente quando o Titular vota e como nós estamos numa reunião das mais democráticas que a sociedade brasileira já conheceu na Habitação, senão a mais, é óbvio que qualquer município que queira vir contribuir para os debates na Habitação, o Regimento Interno garante essa participação, inclusive os próprios Grupos de Trabalho que nós já vimos que estão incrementando aqui cada vez mais os candidatos a reativar o Grupo de Mutirão, o Regimento Interno é de atribuição do Conselho Municipal de Habitação e obviamente se os Conselheiros quiserem entrar, podemos criar um Grupo de Trabalho para mudança do Regimento Interno. **Sr. Abelardo** – Para mim não ficou claro se o último voto que fizemos já está devidamente contado e identificado. **Sra. Elisabete** – Sim, estão na lista com as pessoas se identificando, a Secretaria identificou 2 Conselheiros que teriam se retirado, entre eles o Secretário Elton, o Conselheiro Nelson, esses 12 que votaram contra, os Conselheiros assinaram informando que votaram contra. Só dois Conselheiros se identificaram. **Sr. Abelardo** – Eu pediria aos colegas Conselheiros que para atender aquilo que ficou combinado para preservação do que aqui ficou decidido porque senão nós vamos decidir coisas que poderão não ser perpetuadas, que se identifiquem. **Sra. Elisabete** – Os 12 Conselheiros, seria de bom tom que se identificassem para não botar em risco a votação, mas esta é uma democracia, portanto as pessoas podem não querer se identificar, caso daqui a 1 ano a ação do Conselheiro Benedito for julgada procedente o juiz terá que avaliar cada uma das votações. **Sr. Abelardo** – Eu estou dedicando a minha tarde aqui ao Conselho e daqui a 1 ano eu corro o risco de ver que tudo o que ficou decidido aqui não vale nada. **Sra. Elisabete** – Que os Conselheiros tenham claro, os que assinaram a lista dos 12 ou podemos assinar a lista dos 22, o que é uma boa proposta, que podemos ter sob júdice todas as nossas votações, mas são riscos que nós corremos e as pessoas devem pensar sobre os riscos que correm no Conselho que é tão importante como esse que é uma eleição universal, quem for a favor da autorização para as despesas para a conclusão do Recanto da Felicidade, por favor, levante o seu crachá. A favor: 33 votos - Contra: 1 voto - Abstenção: 1 voto (Maldonado). A Solicitação de voto CMH nº 04/2010 – Minuta de Resolução – **Sr. Benedito** – No final do ano passado queríamos ter apresentado essa proposta de Resolução, na verdade estamos tratando de 3 questões e eu queria aqui, em função do processo que estamos iniciando, fazer a seguinte sugestão, em relação aos contratos de alienação fiduciária, dependemos da extinção dos termos e do instrumento da alienação fiduciária dos contratos mas queria propor o seguinte, como essa questão é uma questão polemica, precisa ser aprofundada e discutida, queria propor a constituição de um Grupo de Trabalho com a participação dos vários segmentos do Conselho para discutir a natureza dos contratos do Fundo e a natureza dos contratos de alienação fiduciária, estamos propondo para

essa situação é o seguinte, que as Associações paguem 1/3 desse valor, ou seja, aquelas Associações que construíram com o dinheiro do próprio bolso nas áreas da Prefeitura, elas paguem 1/3 desse valor, essa é a 1ª situação que nós estamos tentando responder aqui dentro da Resolução, a outra situação é a seguinte, é ao contrário, a terra é da Associação, também tem muita coisa nesse sentido, que a terra pertence à Associação mas foi a COHAB, o Fundo Municipal que deu o dinheiro, então nós estamos propondo que seja da mesma forma. Não achamos justo que a Associação gastou o dinheiro, comprou a terra e ela, a Associação pague o mesmo valor da unidade habitacional daquele que recebeu a terra e o dinheiro da Prefeitura, a 1ª situação está em que a terra pertence à Associação e o dinheiro veio da Prefeitura, a 2ª situação é que a terra pertence à Prefeitura e a Associação botou o dinheiro para construir. A outra situação é: o que está acontecendo com a Resolução 377 Fizemos uma consulta generalizada para as famílias sobre a questão dos pagamentos sobre as unidades habitacionais e a grande maioria das famílias têm condições de assinar o contrato, pagar os R\$ 31.000,00 que é razoável, quem já assinou o ano passado pagava apenas R\$ 27.000,00, fez um levantamento que tem muitas famílias idosas, que tem mais de 60 anos de idade que em função do preço do seguro, não têm condições de pagar esse preço, a família que comprou lá o empreendimento com 45 anos de idade, hoje está com 60 anos, fiz uma reunião com o Movimento dos Idosos e houve uma sugestão que pudéssemos tratar os idosos no mesmo patamar das famílias que compraram a unidade aí nessas condições, pagando apenas 1/3 também do valor da unidade habitacional, somente aqueles idosos que estão morando no empreendimento e que desejam fazer o financiamento habitacional que não estariam numa condição de locação social porque o idoso construiu a casa em regime de mutirão mas hoje, por conta da situação contratual, por causa do seguro, não pode assinar o contrato. **Sr. Ricardo Pereira Leite** – Vamos deixar claro desde já que nós não estamos querendo que seja votado contra ou a favor, queremos que seja deliberado da forma correta, aliás eu acho que foi esquecido de mencionar que a Resolução 37 foi um dos pontos que os Grupos de Trabalho produziram no ano passado. Verificamos que 95% das situações já são abrangidas pela Resolução 37 e as unidades que não estariam abrangidas são remanescentes e comercializou 100 unidades de um empreendimento e faltaram 4, coisas desse tipo, então eu achava conveniente tentarmos entender melhor porque eu fiquei na dúvida porque quando falamos terreno da COHAB, terreno da Prefeitura ou terreno do Fundo Municipal são coisas diferentes, o Conselho Municipal não tem poderes deliberativos sobre imóveis da COHAB, ele só pode decidir sobre imóveis do Fundo Municipal de Habitação, eu acharia prudente fazer o que chamamos de sanear o processo primeiro, para tentar entender direitinho para não estar falando bobagens, o importante é tentarmos entender qual é o universo que estamos falando, pegar uns exemplos práticos, a nossa equipe está à disposição para fazermos isso mas eu acho que hoje corremos o risco de votar em uma coisa, aprovando ou desaprovando e estar inseguro de qual é a abrangência dessa votação, isso vai gerar uma dúvida jurídica. **Sra. Verinha** – Quando o terreno é da Secretaria ou de domínio público, de outro órgão não específico da COHAB e o financiamento é de outro Governo, como que tratamos? Teve na gestão passada, não foi nem 1, nem 2 e nem 3 empreendimentos que teve a parceria do Governo do Estado de mandar o recurso e a Prefeitura mandar o terreno, isso não está escrito em lugar nenhum, como que vai ser de fato a regularização e a comercialização? **Sr. Ricardo Pereira Leite** – Se pegamos um por um, conseguimos identificar qual é a regra existente para cada um deles e se for o caso, se acharmos conveniente, podemos propor uma mudança na regra de comercialização. **Sr. Abelardo** – Não dá para falar em concessão de crédito sem garantia, eu não vi aqui o representante da Caixa Econômica, mas se tivesse depois eu gostaria que ele falasse alguma coisa, a meu ver é inaceitável falar em qualquer tipo de financiamento sem alguma garantia e a remoção da cláusula da alienação fiduciária vai exatamente nessa direção, então eu achei muito oportuna a sua proposta de retirada dessa parte do voto para ser mais bem aprofundada, melhor discutida, acho que isso está correto, você está propondo aqui que não aja incidência de juros na apuração da prestação, eu acho que para se fazer uma proposta dessas, ela precisa ser precedida pelo estudo de impacto, nós estamos falando de recurso público, de dinheiro do Fundo, que é destinado ao financiamento de uma moradia e que precisa retornar para possibilitar novos financiamentos, evidentemente que uma parte disso é subsídio, então quando você propõe o corte de juros, eu acho que precisa se fazer um estudo prévio para saber qual é o impacto disso, para saber quanto esse subsídio vai sacrificar as contas do Fundo para a concessão de novos empréstimos e se nós estamos dispostos ou não dar mais esse subsídio porque é um subsídio indireto esses juros, não estou aqui antecipando se eu sou contra ou a favor disso, muito pelo contrário, eu só acho que isso tem que ficar claro para nortear a nossa decisão, para saber se podemos ou não dar esse subsídio acho que aqui a sua intenção era que se concedesse o financiamento para aqueles que têm capacidade e que não fosse impeditivo o fato da não contratação do seguro. Só para fechar, nesse item 1, quando você propõe 12% é o valor mínimo? Cada um paga aquilo que tem capacidade de pagar, é isso? **Sr. Benedito** – Sugiro que situamos hoje um Grupo para ajustar o espírito da proposta, se pudéssemos fazer um ajuste a essa proposta mesmo porque a Verinha fez sugestão de complemento da proposta. **Sra. Elisabete** – Proposta aceita, se você me permite Abelardo, constituirmos um Grupo de Trabalho no qual você já está inscrito e fica para a próxima reunião. **Sr. Abelardo** – Eu acho bastante oportuno e muito bom, aceito o encaminhamento, só queria finalizar uma coisa, que no item 2 o Dito quer por força, porque aqui já se decidiu voltar para trás com tudo o que já foi feito lá no passado e no passado não dá para mexer. **Sr. Elcio** – A minha colocação era exatamente isso que refletiu, esse impasse que muitas coisas dentro dessa proposta de voto que elas não estão muito bem sustentadas, eu acho, não é querendo já dizer que eu sou contra ou a favor mas também não está claro esse voto e também o que o Abelardo comentou que é a questão do impacto que se vai fazer em termos do subsídio e a questão da garantia também é uma preocupação, então esse encaminhamento, dentro de um núcleo menor é justamente embasar esse pedido, essa solicitação, acho extremamente pertinente e essa questão do subsídio acho muito importante, merece realmente trazer informações mais consistentes aqui para conseguirmos ter uma visão plena sobre exatamente o que está sendo pedido e aí sim poderemos votar de uma forma de maior clareza e muito menos ser injusto em de repente votando contrariamente. **Sra. Elisabete** – Poderíamos mudar a forma de agir e dos Conselheiros ao propor Resoluções, conversarem com o grupo da COHAB, dizer qual é o seu caso, vai lá e vê quais são, para sermos mais flexível nessa questão da Resolução, aí a Resolução viria com mais dados, tanto da COHAB, que os Conselheiros estão informando isso. **Sr. Benedito** – Eu apresentei para a Diretoria Comercial e não me deram nenhum retorno. **Sra. Elisabete** – Então você reclama com a Secretaria Executiva que ela tomará providências drásticas. Temos outro ponto na pauta que eu sugiro que os 3 setores do Conselho, o setor público, o setor Sociedade Civil e o setor Movimento Popular, discuta durante cerca de 10 dias e